PERSPECTIVA
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Volume 38, n. 2 – p. 01 – 21, abr./jun. 2020 – Florianópolis

ISSNe 2175-795X

Antropologia, raça e educação higiênica: os estudos de Arthur Lobo da Silva sobre medicina militar no Brasil das primeiras décadas do século XX

Tiago Vicente Penteado Bomfim
Vanderlei Sebastião de Souza

Resumo

O artigo analisa a atuação do médico e higienista Arthur Lobo da Silva (1873-1964) na produção e divulgação da medicina militar no interior do Exército Brasileiro, entre os anos de 1910 a 1940. Buscamos compreender de que maneira os debates envolvendo a medicina militar estiveram ligados tanto à educação higiênica e aos serviços de saúde do exército, quanto aos estudos de antropologia física e o debate sobre a criação dos "tipos raciais" e a formação da identidade nacional, temáticas centrais na tradição antropológica desse período. Para a realização deste artigo, analisamos as obras de Arthur Lobo e outros médicos, antropólogos e educadores, bem como os textos publicados em jornais, periódicos e revistas científicas das primeiras décadas do século XX, sobretudo aqueles relacionados ao campo da medicina militar, da educação higiênica e da antropologia física.

Palavras-chave: Arthur Lobo da Silva. Educação Higiênica. Medicina Militar. Raça. Antropologia Física.

Tiago Vicente Penteado Bomfim
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste
E-*mail*: tiago-1910@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5204-2718

Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - Unicentro, Pr.
E-*mail*: vanderleidesouza@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0003-4270-7445

Recebido em: 01/04/2019
Aprovado em: 19/12/2019

CC BY

http://www.perspectiva.ufsc.br
http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e62901

Abstract

Anthropology, race and hygienic education: Arthur Lobo da Silva's studies on military medicine in Brazil in the first decades of the 20th century

The article analyzes the role of physician and hygienist Arthur Lobo da Silva (1873-1964) in the production and dissemination of military medicine within the Brazilian Army, from 1910 to 1940. The article aims to understand how the debates involving the military medicine were linked to hygienic education and Army health services, studies of physical anthropology and the debate on the creation of "racial types" and the formation of national identity, central themes to the anthropological tradition of this period. In this article, the works of Arthur Lobo and other physicians, anthropologists and educators are analyzed, as well as the texts published in newspapers, journals and scientific magazines in the first decades of the twentieth century, especially those related to military medicine, hygienic education and physical anthropology.

Keywords:
Arthur Lobo da Silva. Hygienic Education. Military Medicine. Race. Physical Anthropology.

Resumen

Antropología, raza y educación higiénica: los estudios de Arthur Lobo da Silva sobre medicina militar en Brasil de las primeras décadas del siglo XX

El artículo analiza el papel del médico e higienista Arthur Lobo da Silva (1873-1964) en la producción y difusión de la medicina militar dentro del ejército brasileño, de 1910 a 1940. Buscamos entender cómo los debates sobre medicina militar estaban vinculados tanto a la educación higiénica como a los servicios de salud del ejército, además de los estudios de antropología física y el debate sobre la creación de "tipos raciales" y la formación de la identidad nacional, temas centrales de la tradición antropológica de este período. Para la realización de este artículo, analizamos los trabajos de Arthur Lobo y otros médicos, antropólogos y educadores, asimismo los textos publicados en periódicos y revistas científicas de las primeras décadas del siglo XX, especialmente aquellos relacionados con el campo de la medicina militar, la educación higiénica y antropología física.

Palabras clave:
Arthur Lobo da Silva. Educación Higiénica. Medicina Militar. Raza. Antropología Física.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, o debate sobre a construção nacional e a preocupação em torno do estado de saúde, das condições sanitárias e das características raciais da população brasileira abrangeu temas que mobilizaram a atuação de cientistas, intelectuais, educadores e autoridades públicas. Como consequência desse debate, diversos ensaios literários e científicos foram produzidos tendo em vista a urgência em diagnosticar e encontrar alternativas para problemas considerados centrais no processo de modernização da sociedade brasileira. De tais diagnósticos, uma série de interpretações sobre o Brasil foi produzida, quase sempre baseadas em leituras e representações criadas por viajantes, naturalistas e intelectuais estrangeiros que passaram pelo Brasil entre o século XIX e início do XX. Conforme a historiografia tem demonstrado, as visões estrangeiras sobre o Brasil e os brasileiros foram quase sempre negativas ou estereotipadas, informadas por teorias raciais e biológicas que condenavam o país como uma nação mestiça, inferior e incivilizada (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993; MAIO, 2010; SOUZA, 2017).

De maneira geral, as divergências sobre a inviabilidade brasileira eram baseadas em análises deterministas e apontavam a vasta miscigenação racial como a principal responsável pela degeneração da população nacional. Segundo a historiadora Nancy Stepan, para a maioria dos intelectuais europeus e norte-americanos, a forte presença de negros e indígenas no Brasil, grupos considerados inferiores quando comparados aos imigrantes europeus, teria produzido uma nação amplamente mestiça, formada por uma população degenerada, incivilizada e eugenicamente inferior (STEPAN, 2004; 2005).

Em diálogo com essas representações sobre o Brasil, o Exército Brasileiro foi uma das instituições que se envolveu no debate em torno da viabilidade da população brasileira, como é possível perceber por meio das atividades do Serviço de Saúde do Exército, dirigido pelo médico militar Arthur Lobo da Silva (1873-1964). Podemos o considerar como um dos pioneiros a se dedicar aos estudos sobre a higiene, a saúde e as características raciais da população brasileira a partir de estudos realizados no interior dos quartéis militares. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1896, Arthur Lobo dedicou boa parte da sua trajetória como médico do Exército, atuando no desenvolvimento do campo da medicina militar, da antropologia e da educação higiênica. Como "cientista militar", publicou um conjunto de trabalhos relacionados às questões de higiene, eugenia e saúde da população brasileira, coletando seus dados de análises especialmente a partir dos jovens que ingressavam no serviço militar. Entre as suas principais obras podemos citar *Perigo Social da Syphilis* (SILVA, 1906); *A luta contra as moléstias venéreas no exército brasileiro* (SILVA, 1929); *O serviço de Saúde do Exército brasileiro* (SILVA, 1958).

Neste artigo, nosso interesse é analisar a atuação do médico e higienista Arthur Lobo da Silva na produção e divulgação da medicina militar no interior do Exército brasileiro. Buscamos compreender de

que maneira os debates envolvendo a medicina militar estiveram, entre os anos de 1910 a 1940, ligados tanto à educação higiênica e aos serviços de saúde do Exército, quanto aos estudos de antropologia física e ao debate sobre a criação dos "tipos raciais" brasileiros. Em relação à antropologia física, interessa-nos especialmente compreender como Arthur Lobo utilizou-se dos estudos com soldados brasileiros para compreender a formação antropológica do país, e as características dos índices corporais, a saúde e a robustez física e intelectual, bem como a capacidade eugênica da população nacional. Nesse aspecto, exploramos a proximidade e o diálogo de Lobo com a tradição antropológica brasileira, especialmente em torno dos estudos de Edgard Roquette-Pinto, antropólogo que formou uma importante tradição antropológica no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Arthur Lobo fez parte de uma geração de estudiosos que procuravam a especialização e a institucionalização da ciência dentro dos modernos padrões de produção do conhecimento, assumindo a atividade científica como profissão, conforme expressão empregada por Dominichi Miranda de Sá para definir a atuação profissional da geração de cientistas formada no início do século XX (SÁ, 2006). De acordo com Sá, a constituição de espaços de escrita e pesquisa foi fundamental no início do século XX para a definição da identidade e da atuação pública dos homens de ciência do período. Assim, este trabalho também procura situar o lugar de produção científica e intelectual no qual Arthur Lobo está inserido, contextualizando o momento histórico em que produziu seus conceitos, suas interpretações e sua atuação pública, seja como médico, antropólogo ou educador preocupado com a educação higiênica, a saúde física e a moralização da sociedade brasileira.

De um lado, este artigo dialoga com os estudos historiográficos sobre a educação higiênica e saúde pública no Brasil, debate que mobilizou tanto médicos, higienistas e educadores, quanto militares e autoridades públicas preocupadas com a reforma e modernização da sociedade brasileira. De outro lado, este trabalho também dialoga com a historiografia sobre a questão racial e os dilemas da identidade nacional brasileira, sobretudo a partir das discussões em torno da antropologia física, da antropometria e da biotipologia. Como fonte de pesquisa, analisamos as obras de Arthur Lobo e outros médicos e intelectuais do período, bem como os textos publicados em jornais, periódicos e revistas científicas, sobretudo aqueles relacionados à atuação de Arthur Lobo no campo da medicina militar, da educação higiênica e da antropologia.

A educação higiênica e o serviço de saúde no Exército Brasileiro

Como representante do Exército nos debates sobre educação higiênica, Arthur Lobo dedicou sua trajetória para pensar o papel social da instituição no processo de reforma da sociedade brasileira. Segundo o autor, o Exército teria como função a formação cívica dos brasileiros e o seu aperfeiçoamento moral e físico, mas também como propagador da educação higiênica como fator de eugenia ou

melhoramento dos indivíduos e da raça. Para Arthur Lobo, a divulgação dos princípios higiênicos no Exército seria tão importante quanto o investimento em materiais bélicos modernos. Ao falar da centralidade que os soldados eugênicos teriam para a sociedade, o autor ressalta que "o exército que, na sua constituição, não contar com homens fortes, sadios, resistentes, capazes de grandes esforços, será, indubitavelmente, um exército derrotado" (SILVA, 1958, p. 13).

Pode-se dizer que, assim como a higiene militar passou a ocupar um espaço importante para a construção do campo médico dentro do Exército, também a medicina militar começava a ser difundida com entusiasmo entre médicos militares. Segundo a publicação do médico e tenente-coronel Frank T. Woodbury, no ano de 1918 a higiene militar podia ser definida como "a ciência do cuidado das tropas e que lida com as leis de saúde, as causas de incapacidades e métodos de preveni-las, a fim de que as forças de combate não sofram qualquer diminuição de sua resistência a doenças evitáveis" (WOODBURY apud CARDOSO, 2013, p. 50). Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, conforme destaca Rachel Motta Cardoso (2013), algumas questões passaram a ser amplamente debatidas em diferentes países, como o lugar de construção de alojamentos, as disposições das camas e até o modo como deveria ser a alimentação dos soldados. Enfim, todas essas discussões passaram a ser área e domínio dos estudos sobre higiene, e, por serem específicas do ambiente da caserna, receberam a nomenclatura de higiene militar.

É a partir da construção do campo da medicina militar, em consonância com os pressupostos divulgados pelas bases científicas da educação higiênica militar, que o Exército define um dos seus papéis sociais no Brasil: a missão de contribuir para aperfeiçoar a população brasileira, seja do ponto de vista da educação física e das concepções eugênicas, seja da educação moral e intelectual. Nesse sentido, na compreensão de Arthur Lobo, o médico militar deveria priorizar, em tempos de paz, o cuidado com os soldados aquartelados, oferecendo para a nação, quando for preciso, um exército forte e robusto tanto físico como mentalmente (SILVA, 1929). Como podemos ver, tal responsabilidade depositada sobre o médico militar alterou não somente o seu capital simbólico dentro do Exército, mas também o capital simbólico do próprio Exército, uma vez que, a partir da aprovação do sorteio militar, da prática e divulgação da medicina e educação higiênica nos quartéis, o Exército passa a ser tratado pelos médicos militares como um "filtro social" capaz de dar suporte a um processo eugênico de melhoria da população nacional.

De maneira geral, o Exército Brasileiro assumiu, a partir da criação do Serviço de Saúde, a atribuição de contribuir para o processo de conhecimento e melhoria da nacionalidade brasileira, tanto por meio da divulgação da educação higiênica quanto pelos estudos antropológicos e a caracterização dos tipos raciais brasileiros. Para Arthur Lobo, a atividade dos médicos militares em tempo de paz teria por intenção um fundo patriótico, responsável pela formação física e civilizatória dos soldados brasileiros (SILVA, 1958, p. 209). Arthur Lobo lembrava que após julgar os candidatos às fileiras do exército, eles permanecem sob a tutela da oficialidade e, principalmente, dos médicos da caserna. A disciplina militar e

os cuidados que os soldados recebiam no interior dos quartéis deveria proporcionar aos soldados uma "alimentação sadia e em horas regulamentares, exercícios corporais progressivos, observação dos preceitos higiênicos entre outras atividades" capazes de alterar a sua saúde e a capacidade física e mental (SILVA, 1958, p. 209).

Segundo ele, quando os sorteados chegavam pela primeira vez no quartel, recebiam "uma impressão penosa pelo desalinho e relaxamento das suas roupas, pela frouxidão e tibieza das suas atitudes, pela falta de energia e decisão nos olhos" (SILVA, 1958, p. 209). Passados alguns meses sob a responsabilidade do exército, explicava Lobo:

> (...) esses mesmos homens, metidos ao seu uniforme "caqui", como antigamente, ou no seu moderno uniforme verde-oliva, não parecem mais aqueles *jecas* de há pouco. Vivacidade no olhar, firmeza no andar, desembaraço nas maneiras, correção no vestuário etc., são transformações sensíveis que, em tão diminuto espaço de tempo, mudara, por completo a aparência dos nossos patrícios, tirados, pelo sorteio da sua labuta diária. (SILVA, 1958, p. 209)

Como podemos perceber na passagem, publicada em um período em que Arthur Lobo já tinha sido condecorado pelo Ministério da Guerra como um dos principais médico e cientista militar brasileiro, o exército tinha como uma das suas funções transformar os *Jecas* em indivíduos fortes e saudáveis. Os *Jecas*, considerados inferiores por motivos de doenças ou falta de instrução, deveriam ser transformados em verdadeiros soldados prontos para servir à nação, seja contribuindo com seu sangue no campo de batalha, seja com seu sangue por meio da eugenia ou da higiene.

Assim como Jeca Tatu, personagem bastante conhecido da literatura de Monteiro Lobato, que conseguiu sua redenção por meio dos cuidados higiênicos, o mesmo ocorreria com a população que habitava os sertões brasileiros e que preenchia a maioria das vagas nos quartéis. Enquanto na literatura de Monteiro Lobato transformava-se o Jeca Tatu a partir da intervenção do médico sanitarista e da bacteriologia, livrando-o de ser preguiçoso, fraco e medroso (CAMPOS, 1986, p. 12), a cura encontrada por Arthur Lobo para a população masculina brasileira passaria pelos cuidados, pelas orientações médicas e pela educação higiênica adquiridas em sua passagem pelo exército.

Nesse contexto, seja na literatura de Monteiro Lobato ou na medicina militar produzida por Arthur Lobo, a educação higiênica aparecia como ferramenta fundamental para propagar as novas práticas da ciência e regenerar a população brasileira contra as doenças e os "maus hábitos" de higiene. Se, na passagem do século XIX para o XX, os determinismos biológico e climático condenavam o futuro do Brasil, a partir dos anos 1910 e 1920 os intelectuais e cientistas passaram a crer que a ciência, a educação e a instrução poderiam salvar a população brasileira da degeneração e colocar o país no rumo da civilização (LIMA & HOCHMAN, 1996). Conforme a historiografia tem demonstrado, intelectuais, médicos e autoridades públicas desse período entendiam que a educação seria responsável por criar uma consciência nacional em defesa das políticas sanitárias, de higiene e de saúde pública, uma consciência

capaz de salvar o Brasil das mazelas que acometiam a população brasileira (SANTOS, 1985; HOCHMAN, 1998).

Exército, higiene e saúde

Um dos maiores problemas de saúde que afetavam a população brasileira, tanto no interior quanto nas áreas mais urbanizadas do país, era a disseminada presença de problemas venéreos. No caso brasileiro, as doenças venéreas se apresentaram como uma ameaça à formação de uma população eugênica, visto como um dos males que mais degeneravam a "raça nacional". No contexto internacional, a preocupação com os males venéreos aumentou depois de iniciado o conflito mundial de 1914, quando a profilaxia dessas doenças no interior dos exércitos tornou-se um interesse do Estado (CARARRA, 1996). Dentre os males venéreos, assim como ocorreu no contexto europeu, a sífilis foi uma das doenças que mais gerou preocupação em meio à classe médica brasileira.

Segundo Eduardo Rabelo, um dos principais sifilógrafos do Brasil do início do século XX, a sífilis em 1918 era um problema que rapidamente aumentava de proporção no Brasil. Devido à sua rápida difusão, Eduardo Rabello alertava que a sífilis deveria ser de responsabilidade de todos, pois entre os principais males que esta doença poderia causar, o maior deles seria "a destruição da raça futura, dados os efeitos da herança mórbida" (RABELO apud CARRARA, 1996, p. 49).

O temor que cercava a sífilis, e que a tornava um problema de âmbito nacional, estava na sua capacidade de se proliferar hereditariamente, conforme a crença bastante difundida na época. O que diferenciava a sífilis das doenças tropicais naquele período era a duração da ação dos agentes causadores. Enquanto nas doenças tropicais como a malária, a febre amarela e a doença de Chagas, os agentes causadores possuíam um limite de tempo para agir no corpo infectado, na sífilis, se não tratada, a doença acompanharia o indivíduo contaminado até o fim da vida. Muitos médicos do início do século XX chegavam a afirmar que a doença poderia acompanhar a família das pessoas contaminadas por até duas gerações (CARRARA, 1996, p. 50).

Por estarem atreladas a tabus e estigmas sexuais consolidados na sociedade brasileira, os discursos higienizadores divulgados pelos médicos, especialmente a partir da educação higiênica, que previam a submissão do interesse individual em relação aos interesses coletivos, encontraram inúmeras resistências por parte da população. As doenças venéreas tornaram-se um problema em larga escala tanto no meio civil como militar. Nesse sentido, o temor que rondava as doenças venéreas surgia através das pesquisas realizadas pelos médicos europeus e brasileiros, que alertavam para o poder de destruição que algumas doenças, como a sífilis e blenorragia (gonorreia), apresentavam ao se infiltrar no "sangue" do indivíduo contaminado, degenerando as suas proles futuras. As descobertas médicas sobre as possibilidades de degeneração ocasionadas pelas doenças venéreas, no contexto de formação da nacionalidade brasileira,

fizeram com que inúmeras instituições passassem a contribuir de alguma maneira para o combate venéreo encampado pelo Estado e pela comunidade médica.

Dentre as instituições brasileiras, que segundo Eduardo Rabello precisariam se mobilizar para combater esse mal venéreo que colocava em perigo o futuro da nação, o Exército foi uma das principais armas usadas pelo Estado para quantificar e combater a sífilis no Brasil. Ocorre que nem sempre o Exército foi visto pelo poder público brasileiro como uma instituição capaz de combater a sífilis. Foi somente a partir da virada do século XIX para o XX, com o aumento de pesquisas científicas produzidas pela classe médica no interior da instituição e o avanço da medicina e da higiene militar, que a classe médica da caserna se tornou um dos grupos encarregados de encampar a luta contra as doenças venéreas no país.

Dentre os médicos do Exército que pesquisaram sobre a incidência da sífilis no campo militar, os trabalhos de Arthur Lobo tornaram-se pioneiros entre os brasileiros. O médico foi um dos responsáveis por apresentar os dados clínicos da sífilis entre os soldados brasileiros nas décadas iniciais do século XX. Tais dados serviram de base para pesquisadores como Eduardo Rabello, Antônio Ferreira do Amaral, entre outros nomes de destaque no meio científico. Em 1914, ano em que foi deflagrada a Primeira Guerra Mundial, ocorreu no Brasil uma ampla campanha encabeçada por Arthur Lobo, relacionada ao combate às doenças venéreas no exército (CARRARA, 1996).

Por meio de conferências e publicações, Arthur Lobo procurou divulgar os principais males que essas doenças poderiam causar ao soldado brasileiro e, consequentemente, ao próprio futuro da nação. Segundo Sérgio Carrara, Arthur Lobo foi um dos autores que apresentou a estatística mais extensa e sistemática sobre a sífilis no Brasil até meados de 1945 (CARRARA, 1996, p. 115). Para produzir tais estatísticas, Arthur Lobo coletou, enquanto trabalhava no Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro, diversas informações sobre os militares que se afastavam dos seus serviços por motivos de doenças. Até o início dos anos 1920, havia realizado o levantamento de 86.115 militares que receberam tratamento no Hospital Central, sendo 24.330 diagnosticados com doenças venéreas. Em outras regiões do Brasil, Arthur Lobo iniciou tal mapeamento em conjunto com outros médicos apenas no ano de 1919. Com duração de três anos, Lobo chegou à conclusão de que em um total de 94.453 doentes que procuraram as enfermarias em busca de cuidados, 30% dos soldados que haviam dado baixa no exército estavam contaminados por alguma doença venérea. Segundo Arthur Lobo, as estatísticas foram construídas sob condições específicas, pois foram excluídos da sua análise os dados referentes aos oficiais do exército, aos alunos das escolas militares, às pessoas que haviam dado entrada como asilados e, por fim, aos marinheiros (CARRARA, 1996, p. 116).

A informação sobre o método utilizado nos meios militares permite refletir acerca da preocupação da incidência da sífilis no Brasil. Afinal, qual a razão de excluir das estatísticas os grupos citados acima?

Seria o de apresentar o argumento de que o principal problema das doenças venéreas do Brasil, e por que não dizer no próprio interior do exército, era causado pela camada mais pobre da população, que não possuía instrução ou não conhecia as mais novas teorias sobre a profilaxia? Eis uma questão que ainda possui lacunas na historiografia, mas trabalhamos com a hipótese de que o Estado utilizou semelhante discurso, sobre a falta de instrução da população mais pobre, para legitimar o processo de intervenção social e higienização dos espaços, o qual envolvia a profilaxia e controle dos corpos dos indivíduos, a higiene familiar e o saneamento dos espaços rurais e urbanos brasileiros.

No caso do Exército, as propostas profiláticas debatidas e impostas no interior dos quartéis, nas décadas iniciais do século XX, geraram uma série de resistências por parte dos soldados, como fugas, o uso de tratamentos caseiros, a ocultação de sintomas, dificultando a ação dos médicos militares no combate aos principais males que atacavam a população brasileira naquele período. Dentre os tratamentos profiláticos que mais geravam resistências por parte dos soldados podemos citar as tentativas de tratamento do alcoolismo, da tuberculose e das doenças venéreas.

Como já havíamos comentado, Arthur Lobo foi o pioneiro ao abordar as questões venéreas no exército e a produzir estatísticas sobre o índice da doença no meio militar. Em seu livro *A luta contra as moléstias venéreas no Exército brasileiro,* publicado em 1929, reúne uma série de artigos nos quais descrevia os principais problemas venéreos encontrados nos exércitos e estudados por ele durante aproximadamente 20 anos. Em um de seus artigos, Lobo ressalta a importância do médico militar em abordar os assuntos relativos ao combate às moléstias venéreas no interior dos quartéis, tendo em vista seu forte potencial de destruição da vitalidade e da saúde dos soldados (SILVA, 1929).

Segundo o autor, durante os 5 anos em que os soldados passavam servindo ao Exército Brasileiro, foi raro aquele que não pagou seu tributo a uma daquelas doenças venéreas. Lobo explica que, após contraí-las, muitos recorreram aos hospitais em dias ou mesmo meses após o contágio, e que em muitos casos só foi possível ao médico militar descobrir que o indivíduo era portador de alguns dos males quando surgiam outras consequências muito mais graves (SILVA, 1929, p. 5). O alerta feito por Arthur Lobo serviu para apresentar às autoridades que o problema venéreo também poderia estar ligado a outras doenças. De acordo com Lobo, além da tuberculose, outras doenças poderiam estar relacionadas aos "males venéreos", como nos casos de endocardites, de artrites, de aneurismas, de artrites incuráveis (SILVA, 1929, p. 5).

O elevado índice de doentes levantado por Lobo era apresentado com tom de denúncia, cujo objetivo seria mostrar às autoridades e à comunidade civil que os índices no interior dos quartéis eram "tão extraordinariamente elevados que reclamam a atenção imediata do nosso corpo de saúde, a fim de pôr um paradeiro a semelhante estado de inferioridade do nosso exército, comparado a outras nações" (SILVA, 1929, p. 8).

Os números levantados por Arthur Lobo apresentam apenas um simulacro do que se passava nos exércitos brasileiros, pois, como o próprio autor ressaltava, os dados coletados correspondiam apenas às 8º e 9º região militar, localizadas, respectivamente, no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além disso, foram excluídos da pesquisa oficiais alunos das escolas militares, alguns soldados que vieram de São Paulo e marinheiros que haviam procurado ajuda no Hospital Central. Outro ponto curioso da pesquisa é que nem todos os doentes procuravam os médicos militares para serem receitados com algum tratamento. Muitos dos infectados procuravam curar-se privadamente, buscando tratamentos alternativos ou se deixando consumir pela doença (SILVA, 1929, p. 7).

Nesse sentido, se para Arthur Lobo os tratamentos empíricos, realizados pelos soldados às escondidas, dificultavam a criação de uma estatística do número de doentes dentro dos quartéis, de que forma a campanha profilática encampada pelos médicos militares buscava atingir este contingente de soldados doentes que pareciam estar "invisíveis" aos órgãos oficiais do Exército? Assim, os discursos de saneamento dos exércitos fizeram com que os médicos militares fossem encarregados de pensar em estratégias para combater as doenças que em grande velocidade se espalhavam pelos quartéis.

Dentre os principais procedimentos realizados pelos médicos militares para debater sobre as doenças que afetavam os exércitos, estavam as conferências realizadas para soldados, projeções cinematográficas, fixação de cartazes nos alojamentos e refeitórios e, para o combate dessas enfermidades, a distribuição da pomada de Metichnikoff e a aplicação das injeções mercuriais. Os procedimentos foram adotados em diversas regiões militares, porém a prática não agradava parte dos médicos militares, principalmente pela distribuição das pomadas de Metichnikoff. Segundo Arthur Lobo (1956), a utilização deste medicamento seria em casos de esterilização do órgão genital masculino como medida de prevenção, porém o que acabava ocorrendo em meio aos soldados era o uso da pomada no processo de tratamento de algumas doenças venéreas como a sífilis e a gonorreia, o que não trazia eficácia, uma vez que apenas ocultava os sintomas (SILVA, 1956).

A tendência mais "flexível" de Arthur Lobo foi se alterando com o passar do tempo e com os resultados obtidos em suas pesquisas, e também na medida em que a tendência proibitiva passou a ser mais frequente nos países europeus, especialmente com o advento da Primeira Guerra. Com o avançar das pesquisas referentes às doenças venéreas, tanto na Europa como no Brasil chegou-se à conclusão de que o problema deveria ser combatido sobre duas frentes, no meio militar e no meio civil. Conforme destaca Harrison (1995), nos países beligerantes passaram-se a criar regulamentos tendo em vista o controle social de alguns grupos considerados pelos médicos como grupos de "risco" de disseminação das doenças. O principal grupo a ser regulamentado era o das prostitutas.

No Brasil, tal noção de regulamentação ganhou vários adeptos no meio militar. Em seu livro sobre as moléstias venéreas no Exército Brasileiro, Arthur Lobo passou a defender com veemência que para

erradicar as doenças venéreas, que inferiorizavam os militares e a população brasileira, deveriam ser executadas frentes de combates. A principal frente consistiria na criação de uma polícia sanitária que teria como função regulamentar o meretrício, promovendo consultas e orientações médicas às prostitutas, que em caso de sinais de infecções deveriam ser enviadas ao tratamento hospitalar. Arthur Lobo argumentava que o controle rígido dos meretrícios reduziria a porcentagem de contaminados no Brasil, uma vez que em todas as pesquisas realizadas em outros países, como França, Inglaterra e Itália, apresentavam-se semelhantes prognósticos (SILVA, 1929).

Na opinião dos médicos sanitaristas, as prostitutas eram consideradas como o principal meio de disseminação dos males venéreos, e a solução mais eficiente para acabar com a transmissão dessas enfermidades seria exercer um controle sanitário rígido sobre os meretrícios (CARRARA, 1996, p. 166). Conforme destaca Harrison, a "maioria dos médicos militares e civis considerava o corpo feminino, e especialmente o da prostituta, como um lugar infeccioso e que precisava ser policiado assim como fossas e esgotos precisavam ser policiados" (HARISSON, 1995, p. 4).

Segundo Sérgio Carrara, a regulamentação do meretrício não era uma ideia original brasileira. Conhecida como *sistema francês*, idêntico projeto de regulamentação foi instituído primeiramente nos hospitais de Paris no início do século XIX. No caso francês, a ideia inicial tinha por objetivo combater a "libertinagem", protegendo a moral das famílias, disciplinando e moralizando os espaços públicos (CARRARA, 1996, p. 166). O método de regulamentação seria a criação de um cadastro de todas as mulheres que estivessem mantendo práticas de prostituição. Ficaria a cargo da polícia sanitária controlar e encaminhar para hospitais as mulheres que apresentassem sinais de contágio. Conforme define Sérgio Carrara, essa "polícia da moral" tratava os casos arbitrariamente, relacionando cura a punição (CARRARA, 1996, p. 167).

A regulamentação na Europa, segundo Carrara, perderia a noção de preservar a moral e os bons costumes nas décadas finais do século XIX. Os neo-regulamentaristas, como passaram a ser chamados, incorporaram as críticas que tal modelo original havia recebido anos antes. As críticas centravam-se no rigor na abordagem, no destino dado às prostitutas, no caráter de punição na hora do tratamento e, por fim, na reforma nos hospitais. Para os neo-regulamentaristas, o papel da polícia sanitária seria de apenas intervir em caso de solicitação dos médicos, além de zelar pela execução das ações profiláticas e informar de maneira educativa sobre os males que as doenças venéreas trazem aos indivíduos (CARRARA, 1996, p. 172).

Para Sérgio Carrara, na década de 1920, no meio militar brasileiro, Porto-Carrero e Arthur Lobo da Silva foram alguns dos nomes que conservavam certa tendência regulamentarista, mesmo quando grande parte dos médicos civis na década de 1920 não acreditasse na eficácia do método (CARRARA, 1996, p. 201). Na compreensão de Sérgio Carrara, a atitude dos regulamentaristas era pragmática, pois segundo esses médicos a luta antivenérea não se baseava em mudar o comportamento masculino, ou

recuperar as prostitutas. O que importava para os defensores do regulamentarismo era submetê-los a um controle rigoroso, não interferindo na relação entre os homens e as prostitutas. Já para os neo-regulamentaristas, além de um controle ameno da prostituição, a educação sexual e a propaganda seriam os meios fundamentais para a luta antivenérea (CARRARA, 1996, p. 204).

De fato, Arthur Lobo chegou mesmo a defender, em determinado momento de sua trajetória, algumas ideias regulamentadoras, como no caso da proibição do meretrício nos arredores dos quartéis, pois segundo este autor era evidente que os soldados procuravam satisfazer os seus desejos sexuais próximos aos quartéis, havendo assim uma grande generalização dos "males venéreos". Em alguns de seus artigos, defendeu a execução de castigos disciplinares para os homens que possuíssem algumas doenças venéreas e não procurassem o médico da tropa (SILVA, 1929, p. 12). Contudo, Arthur Lobo também era adepto de algumas ideias neo-regulamentadoras, como no caso da educação e instrução dos soldados para o cuidado com as doenças venéreas. Nesse sentido, acompanhava a tradição sanitarista brasileira, que apostava na educação higiênica e sanitária como um meio eficiente de se prevenir a maioria das doenças transmissíveis. Como afirma Gilberto Hochman, essa característica fundada no caráter contagioso da doença, impôs a necessidade de haver uma autoridade capaz de agir sobre a maior parte, se não sobre todo o território, e sobre todos os seus indivíduos, "impedindo que localidades e pessoas imputassem custos aos demais, necessitando assim restringir liberdades individuais, alterar direitos de propriedade e violar autonomias políticas" (HOCHMAN, 1998, p. 48).

Outro fator que desconstrói Arthur Lobo como sendo um regulamentarista, seria a noção do direito dos soldados a ter momentos de lazer. Enquanto os regulamentaristas não supunham mudança profunda no comportamento individual – e por isso existiria uma relação tradicional de comércio envolvendo os homens e as mulheres públicas –, para Arthur Lobo, por meio das forças armadas seria possível mudar o comportamento masculino. Para isso, seria preciso criar nos quartéis salas onde fosse possível reunir os soldados nas horas de folga para lerem jornais e livros, palestrarem, jogarem bilhar, dominó, xadrez entre outros jogos permitidos. A criação dos centros de diversão e recreação sugeridos por Arthur Lobo deveria ser mantida pelo próprio Exército. O objetivo do projeto seria manter o soldado por mais tempo dentro da caserna (SILVA, 1929, p. 36).

Ainda que, a partir de 1920, Arthur Lobo defendesse algumas bases dessa medida proibitiva, parecia acreditar que a regulamentação fosse algo de utópico. O médico estava ciente de que no Brasil não seria possível implantar a regulamentação na sua essência, com a previsão do controle sobre os meretrícios, de internamentos obrigatórios para as mulheres atestadas com sífilis, de punições aos soldados sifilíticos etc. Lobo compreendia que devido ao contexto cultural brasileiro não legitimar esta prática – por haver uma ampla maioria de pessoas doentes, o que tornava difícil o controle –, afastar ou

até mesmo punir estes indivíduos não seria adequado, uma vez que o governo brasileiro também não possuía bases estruturais para oferecer atendimento e controle sobre os doentes venéreos.

Entre a antropologia brasiliana e a antropologia militar

Como vimos no item anterior, a degeneração causada pelo não tratamento da sífilis tornou-se um dos principais problemas enfrentados pela intelectualidade e pelo campo médico brasileiro no início do século XX. A busca para compreender os desdobramentos da sífilis no corpo da população fez com que houvesse uma interação entre higiene e um outro campo que passava a ganhar espaço nesta discussão: a antropologia. Neste item, vamos compreender como a antropologia dialogou com os estudos de higiene e da medicina no Exército Brasileiro.

Em 1928, os Arquivos do Museu Nacional publicavam uma das principais obras de Arthur Lobo sobre antropologia, intitulada *Antropologia no Exército Brasileiro.* O trabalho, que conta com aproximadamente 300 páginas, traz os dados tabelados e comentados sobre os "tipos brasileiros" encontrado por Arthur Lobo durante as análises das fichas antropométricas por ele produzida ao longo de suas pesquisas. No volume XXX dos Arquivos do Museu Nacional, além do trabalho de Arthur Lobo, é publicado em conjunto uma das principais obras escritas pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto, intitulada *Nota sobre os typos antropológicos do Brasil*, trabalho que o antropólogo realizava no Museu Nacional desde os anos 1910 (SOUZA, 2017).

Na introdução desse livro, Lobo afirma que o Exército Brasileiro andava bastante atrasado quando o assunto é antropologia. Enquanto em outros países o número de medições antropométricas já atingia a casa dos milhões, no Brasil, a partir dos índices levantados por ele, "começamos hoje este serviço que irá fatalmente cooperar na determinação futura e definitiva dos tipos antropológicos dos habitantes deste grande Brasil" (SILVA, 1928, p. 16). Ciente que a análise de aproximadamente 39 mil fichas não seria suficiente para compreender a realidade de 35 milhões de habitantes, Lobo reafirma a necessidade de continuar estas pesquisas initerruptamente, "de modo a se poder jogar com um número muito mais importante de dados antropométricos" (SILVA, 1928, p. 16).

Tomando como base os escritos de Murillo de Campos, nos quais se afirma que as três grandes raças humanas que formaram a população brasileira (vermelha, branca e preta), não contribuíram na mesma fase do caldeamento com os mesmos números de indivíduos, os dados estudados por Arthur Lobo procuravam reafirmar a tese de que a população brasileira tendia ao predomínio das características do homem europeu. Segundo Murillo de Campos, conforme cita Arthur Lobo, "a princípio dominou o elemento indígena, depois o negro, e há cerca de um século, o ascendente branco é cada vez mais acentuado" (CAMPOS apud SILVA, 1928, p.18).

Ao reafirmar a tendência ao branqueamento progressivo da população brasileira, Arthur Lobo apresentava quatro aspectos que legitimavam a proposição. O primeiro deles seria a "diminuição

progressiva dos selvícolas, que pouco a pouco iriam desaparecendo, seja pela morte e já pelo cruzamento, de modo que a raça aborígene em breve prazo não existirá como elemento étnico puro e ponderável na população brasileira", concluía ele (SILVA, 1928, p. 18). O segundo aspecto estaria ligado à queda do número de negros do Brasil, que "impedido de entrar como escravo no país desde 1850, tem continuado a vir somente em proporção pequeníssima, quase nula" (SILVA, 1928, p. 18). O terceiro consistiria na elevada imigração europeia para o Brasil, "especialmente de portugueses, italianos, polacos, e alemães que fazendo cruzamento constante com os mestiços nacionais, não cessam de modificar este em benefício e predomínio dos brancos" (SILVA, 1928, p. 18). E, por fim, o último aspecto seria o clima ameno do sul do Brasil, "idêntico ao de grande parte da Europa, cuja influência poderosa e incessante encaminha o tipo humano, existente naquela vasta zona do país, para o tipo europeu trazido pela sua ótima colonização" (SILVA, 1928, p. 18).

Assim como alguns autores contemporâneos seus, Arthur Lobo tinha plena convicção na tese do branqueamento da população. O historiador Thomas Skidmore (1976) ressalta que, desde o final do século XIX, houve no Brasil uma ampla aceitação, entre os intelectuais e as autoridades políticas, da teoria do branqueamento racial, tese que se baseava na crença da superioridade do homem europeu. Ao se utilizar da categorização de "raças mais avançadas" e "raças menos avançadas", a tese afirmava que o aumento da imigração europeia e o largo processo de miscigenação levaria "naturalmente" a uma população mais clara, isso porque o *"sangue"* do homem europeu era supostamente mais forte, o que resultaria na predominância do homem branco. A conclusão dessa análise racial conduzia à afirmação, largamente defendida pelos intelectuais brasileiros, de que a miscigenação não produzia inevitavelmente "degenerados", mas sim uma população cada vez mais branca e saudável, uma vez que no processo de miscigenação o sangue europeu tenderia a predominar sobre os caracteres de origem indígena e africana (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Em sintonia com a tese do branqueamento, Arthur Lobo insere a discussão sobre clima nesse processo. Ao mesmo tempo em que o clima aparece como agente "embranquecedor" da população, nem todo território brasileiro poderia contar com tal fator. Segundo Arthur Lobo, "no norte tal modificação será mais demorada, e no nosso humilde modo de ver o clima terá influência culminante na constituição da futura raça brasileira" (SILVA, 1928, p. 18). A presença do meio na formação do brasileiro seria tão forte para Lobo que mesmo com grandes levas de imigrantes "na zona septentrional do país, o meio não perderá nunca os seus direitos" (SILVA, 1928, p. 19).

Assim, por conceber que o meio influenciava nas características raciais da população, Arthur Lobo não acreditava que os indivíduos habitantes das regiões do norte do país apresentassem o "aspecto ariano puro". Em suas palavras: "todos guardarão definitivamente o cunho especial que lhe dará a respectiva zona geográfica com o seu calor tórrido, sol abrasador, verão permanente, e uniformes condições

mesológicas" (SILVA, 1928, p. 19). Feita esta consideração, Arthur Lobo classifica os grupos raciais presentes no Brasil utilizando a cor como principal característica para realizar as divisões. Brancos, pretos e caboclos (índios), estes seriam os grupos raciais mais ou menos puros presentes no território nacional (SILVA, 1928, p. 19). Um quarto "grupo" também presente no Brasil seria o dos mestiços, resultado do cruzamento entre qualquer uma das três raças citadas.

Para Arthur Lobo, conforme aparece nos estudos que publicou nos anos 1920, a raça branca predominava na parte sul e central do país, os mestiços ao norte, e os negros se encontravam em grande proporção nos estados da Bahia, Piauí, Sergipe, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Já os caboclos, concentravam-se nos estados do Amazonas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Alagoas. Os índices analisados por Lobo apontam que 59% da população era branca, 30% eram mestiços, 10% eram negros, e 1% era formado por caboclos. A diferença de apenas 29% entre brancos e mestiços incomodou Arthur Lobo, tanto é assim que ao se fazer a estatística, o antropólogo deveria notar que o grande número de indivíduos que frequentavam os colégios e escolas superiores ficaram isentos de passar pelo serviço militar obrigatório. Por isso, entendia Lobo, "é notório que a quase totalidade desse enorme contingente sai da camada de brancos, diminuindo assim a relativa proporção no cômputo geral no que respeita a raça branca" (SILVA, 1928, p. 19). Em diversos momentos, como veremos mais adiante, tal argumento será utilizado para explicar o baixo índice da "raça branca".

O último índice apresentado por ele é o de robustez, índice que em sua obra possui grande relevância para referendar suas teses. Para determinar o índice de robustez, Arthur Lobo utilizou-se dos métodos desenvolvidos pelo médico militar francês Maurice Charles Joseph Pignet, criador de uma fórmula para medir a capacidade dos soldados através das medidas do tórax, peso e altura. Para o antropólogo brasileiro, o índice de Pignet teria serventia como uma contraprova para casos de dúvida durante a inspeção para recrutamento. No Brasil, a média de robustez estabelecida foi de 25, o que acabou apresentando o mesmo problema das outras nações que adotaram tal índice, o elevado número de recusas. Tempos depois, segundo Arthur Lobo, o índice foi elevado para 35, até ser abolido em outubro de 1917 (SILVA, 1928, p.32).

Apresentando tais contradições sobre o índice de robustez para a seleção de soldados, Lobo (1928) reorganiza as categorias, reduzindo-as a apenas três: a 1ª, de 0 a 20 (considerado muito forte e bom); a 2ª, de 21 a 30 (regular e aceitável); e a 3ª, de 31 para cima (muito fraco, portanto inaceitável). Transportando os números para os exames realizados com os soldados brasileiros, Arthur Lobo chegou às seguintes conclusões:

> Na 1ª categoria encontram-se os soldados de raça branca com 29%, os mestiços com 34%, os pretos com 36% e os caboclos com 42%. Na 2ª categoria os brancos possuem 42%, os mestiços com 43%, os pretos com 44% e os caboclos com 39%. Na 3ª categoria os brancos com 29 %; mestiços com 23%, os pretos com 20% e caboclos com 19%. Enfim, reunindo as duas primeiras categorias, tiramos a ilação de que nossos soldados, julgados aptos pelas juntas médicas,

> apresentavam índices aceitáveis 71% dos brancos, 77% dos mestiços, 80% dos pretos e 81% dos caboclos, sendo a última categoria, como disse, inaceitáveis pelos seus índices. (SILVA, 1928, p. 33)

Com tais dados previamente levantados, Arthur Lobo procurava ressaltar a superioridade do mestiço brasileiro, reafirmando a tese de que a miscigenação racial não traria um problema insolúvel para a formação da nação brasileira. Sua conclusão era respaldada pelas pesquisas de outros médicos militares, como os estudos de Romeiro da Rosa, que analisou os índices de robustez nas regiões de Juiz de Fora, Minas Gerais, e que também ressaltou a superioridade do mestiço nestas regiões.

Arthur Lobo se surpreende, ao apresentar os números, com o índice dos soldados das quatro raças do norte do Brasil. Segundo as suas pesquisas, são os referenciais mais aceitáveis, e o que o chamou a atenção é que no norte do país o número de pessoas com a estatura considerada baixa é a que possui maior porcentagem. Esses dados levaram-no à conclusão de que "os indivíduos de baixa estatura teriam relativamente melhores índices do que os de estatura elevada, e que os mestiços apresentariam índice de robustez de mais valor do que a raça branca" (SILVA, 1928, p. 33-34).

A tese da superioridade do mestiço frente à raça branca é um dos principais argumentos da antropologia desenvolvida por Arthur Lobo. Para o serviço militar, os mestiços mostram-se "indivíduos naturalmente magros, secos fibrosos, porém vigorosos, ativos e resistentes, como por exemplo os habitantes dos nossos sertões do Norte, especialmente os andarilhos ou estafetas, que servem perfeitamente para o serviço militar" (SILVA, 1928, p. 28).

É interessante perceber que na produção científica de Arthur Lobo existe um paradoxo para o qual é preciso chamar a atenção. Vimos que Arthur Lobo se mostrava otimista com a tese do branqueamento racial, mas no levantamento dos dados feito por ele nas pesquisas antropológicas dos soldados que adentravam o exército, Lobo caracterizou o mestiço como sendo o "tipo brasileiro" melhor adaptado e desenvolvido. Trata-se de paradoxo que não se encontra presente somente nas pesquisas de Arthur Lobo. Conforme destacou Vanderlei de Souza ao analisar os estudos do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, uma das grandes questões que mobilizou os estudos classificatórios deste autor foi justamente a caracterização dos tipos antropológicos a partir de uma tipologia que desse conta do paradoxo presente no pensamento social brasileiro, segundo o qual "os tipos tendiam à estabilidade, sempre em direção ao branqueamento, ao mesmo tempo em que se constatava a presença de uma diversidade de tipos raciais" (SOUZA, 2017, p. 238).

Segundo Souza (2017), o antropólogo Roquette-Pinto se opôs ao racismo científico, defendendo o homem mestiço como um tipo racial eugenicamente bem desenvolvido. Contudo, assim como Lobo, seus estudos não deixaram de incorporar a noção de que o destino racial brasileiro tenderia ao branqueamento. As pesquisas de Roquette-Pinto trazem consigo explicações científicas e dados empíricos destacando a miscigenação como fator que levaria ao branqueamento natural da população. Mas conforme destaca

Souza (2017), Roquette-Pinto estava em diálogo com boa parte dos cientistas, intelectuais e autoridades brasileiras do final do século XIX e início do XX, que continuaram a legitimar a tese do branqueamento racial como uma alternativa positiva para pensar a futura formação antropológica do país.

Como podemos perceber, as teses defendidas por Arthur Lobo também são reflexos da circulação científica que ocorreu no Brasil nos anos iniciais do século XX. Defensor da ideia do branqueamento da população brasileira, Lobo apresenta a região Sul como o *topos* de branqueamento, no qual o clima e a região, e até mesmo a imigração, teriam mostrado resultados satisfatórios. Ao mesmo tempo em que o Sul se apresenta como a região "mais avançada" em questão de formação, o Norte do Brasil é a região que mais apresenta índices satisfatórios de acordo com os métodos científicos por ele aplicado. Utilizando-se do método de Pignet para calcular o índice de robustez e vitalidade de um indivíduo, Arthur Lobo argumenta que os mestiços do Norte possuíam melhores resultados. Assim, o que chama atenção é que não foram os indivíduos altos que apresentaram os melhores índices, mas sim os indivíduos de baixa estatura, desconstruindo a ideia de que o tipo "físico ideal" seria o dos sujeitos de altura elevada vindos da Europa (SILVA, 1928).

As conclusões de Arthur Lobo não apenas contrariavam o argumento de que as populações do norte do Brasil eram inferiores, como também se opunham à condenação que comumente era feita contra as populações mestiças do interior do país. Nesse sentido, conforme já destacamos, Arthur Lobo dialogava com os trabalhos desenvolvidos no Museu Nacional por Edgard Roquette-Pinto. Vale destacar que Roquette-Pinto foi um antropólogo que sempre refutou os argumentos "defendidos pelos eugenistas que apontavam a miscigenação racial como um problema eugênico" (SOUZA, 2008, p. 222). A crença no benefício da miscigenação e a valorização do sertanejo e do mestiço tornaram-se conceitos-chave para a produção de uma das suas principais obras, intitulada *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, texto publicado em 1928 nos Archivos do Museu Nacional e apresentado em 1929 como conferência de abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Ressalte-se que a obra de Roquette-Pinto foi publicada no mesmo ano (e pela mesma instituição) que a obra *A Antropologia no Exército Brasileiro,* de autoria de Arthur Lobo.

Em sua obra sobre os tipos antropológicos existentes no Brasil, Roquette-Pinto apresentou como principal conclusão a ideia segundo a qual "nenhum dos tipos da população brasiliana apresenta qualquer estigma de degeneração antropológica" (Roquette-Pinto, 1928, p. 106). De acordo com esse antropólogo, era preciso desconstruir os estigmas que condenavam a população mestiça brasileira à inferioridade, pois em seu ponto de vista "os mestiços brasileiros taxados de degenerados são na verdade mestiços sem instrução, homens doentes e desnutridos que padeciam devido ao abandono pelas autoridades públicas [...]" (SOUZA, 2008, p. 223).

Com uma tese semelhante à divulgada por Roquette-Pinto, como já destacamos, Arthur Lobo apresentou o mestiço e o sertanejo como indivíduos que possuíam o mais alto índice de vigor e robustez,

cujos principais problemas ainda eram a falta de instrução, de higiene e de assistência do Estado (SILVA, 1928). Tal diálogo entre os autores é também significante nas análises e resenhas publicadas nos jornais no período, ou mesmo em períodos posteriores à publicação de seus estudos nos Arquivos do Museu Nacional. Conforme consta no jornal *O Paíz*, *de* 02/04/1930, em uma coluna intitulada *Archivos do Museu Nacional*, o colunista, que não assina a autoria, descreve a ação do Museu Nacional da seguinte forma:

> É um paradigma de operosidade inteligente a diretoria atual do nosso museu da Quinta da Boa Vista, onde se empilham, sistematicamente classificadas, dispostas e catalogadas, preciosidades raras, ligadas ao passado, e onde, concomitantemente, se estudam, com a amorosa pertinácia dos abnegados da ciência, problemas da maior relevância na vida nacional e da humanidade. Não se faz muitos dias, noticiamos a circulação do Boletim, e agora, temos em mãos uma outra publicação desse departamento federal – Archivos do Museu Nacional trigésimo volume, em que se acham reproduzidos na integra dois trabalhos de invulgar significado científica [...] Impresso em grande formato, o volume a que nos estamos referindo abrange 331 páginas, de feição material meticulosa e limpa, tendo saído das próprias oficinas do museu, sob as vistas e orientação pessoal do Prof. Roquette-Pinto, que realizou o milagre de não subtrair ao trabalho um só do seus instante. (O Paíz, 02/04/1930, p. 4)

Os comentários a respeito dessas duas obras lançadas juntas pelo Museu Nacional, cuja direção era desempenhada pelo próprio Roquette-Pinto, receberam inúmeros elogios pelas colunas que tratavam dos lançamentos bibliográficos no período. A repercussão positiva de tais obras permaneceu por vários anos nos jornais, chegando até mesmo a influenciar a produção intelectual de autores como Gilberto Freyre, conforme aparece nas páginas de *Casa-Grande e Senzala*, publicada em 1933, obra seminal que destacava a miscigenação racial como elemento distintivo da formação cultural brasileira (SOUZA, 2017). No caso de Arthur Lobo, os diálogos com as pesquisas de Roquette-Pinto não apenas legitimaram a sua prática antropológica como colocaram Arthur Lobo em um novo patamar no campo científico brasileiro.

Considerações finais

Mesmo acreditando no branqueamento racial e apresentando a região Sul como o meio mais adequado para o progresso nacional, a pesquisa antropológica de Arthur Lobo se distanciou das teorias raciais predominantes no período. A antropologia militar proposta por Lobo, utilizando-se das teorias e métodos oriundos tanto da tradição europeia quanto da tradição antropológica brasileira, classificou o mestiço como o tipo racial que mais apresenta caraterísticas de desenvolvimento, e o que nos chama a atenção é que o maior índice de mestiço se encontrava na região Norte. Nesse sentido, a antropologia criada por Arthur Lobo, ao mesmo tempo que classificava os tipos de brasileiro, procurava conciliar indivíduos e regiões, para que assim fosse possível construir laços de identidade e inserir na sociedade do seu tempo um sentimento de otimismo e antirracismo, frente às críticas e teorias que condenavam os brasileiros.

Os desdobramentos dessa antropologia brasileira, criada por Roquette-Pinto, Arthur Lobo e outros antropólogos do início do século XX, também foram apresentados por Ana Carolina Vimieiro Gomes em sua análise sobre os estudos da biotipologia. Em um artigo intitulado "Imagens de corpos normais na biotipologia brasileira durante a primeira metade do século XX", Vimieiro usa um interessante conceito para pensar o papel da biotipologia no Brasil. Amparada no conceito proposto pelo filósofo da ciência Ian Hacking, a autora apresenta a biotipologia como um meio científico de "façonner les gens" ou "Making up people" (GOMES, 2011). Isso significa que, na biotipologia, através dos aspectos "morfológicos, fisiológicos e de temperamento dos corpos, tentou-se produzir pessoas, ou seja, um tipo corpóreo do brasileiro ideal" (GOMES, 2011, p. 12).

Corroborando com a análise da autora, gostaríamos de finalizar avançando sobre sua perspectiva. Se, para Ana Carolina Vimieiro Gomes, é com a biotipologia produzida a partir de 1930 que se tem a noção de "criar pessoas", neste texto procuramos demonstrar que a antropologia realizada décadas antes também tinha a mesma preocupação, naturalmente, a partir da especificidade do seu contexto e das ferramentas científicas do seu tempo. Tanto Arthur Lobo quanto Roquette-Pinto buscaram em suas pesquisas antropológicas criar um tipo corpóreo ideal, ou seja, "criar pessoas" ou construir identificações, empregando os dados antropométricos como referência.

Os esforços por definir os tipos brasileiros, presentes nas pesquisas antropológicas de Arthur Lobo, demonstram o *topos* perseguido pelo campo científico brasileiro. O objetivo consistia, ao mesmo tempo, conforme procuramos demonstrar, em controlar e produzir médias, tanto na saúde como nos índices corporais e na robustez física e intelectual, entre outros requisitos, com a intenção de selecionar e intervir nos corpos e na definição da identidade racial dos brasileiros. O que estava em jogo, como era comum à geração de intelectuais do início do século XX, foi acima de tudo a produção de discursos e práticas de intervenção científicas e políticas de construção da identidade nacional e da nação brasileira.

De outro lado, este texto também procurou destacar o papel das discussões sobre educação higiênica e saúde nas pesquisas desenvolvidas por Arthur Lobo. A partir da difusão da medicina militar no interior dos quartéis militares, vimos que a educação higiênica não apenas cumpriu um papel importante nos discursos e práticas de prevenção de doenças e nos hábitos de higiene dos soldados, mas também foi ferramenta fundamental no processo de moralização dos costumes e aperfeiçoamento físico e intelectual. Conforme vimos, a medicina militar incorporou o ideário higienista tão propalado no início do século XX, estimulando a formação de uma consciência nacional em defesa da saúde pública, da higiene e da eugenia. Para os médicos militares, como Arthur Lobo, os quartéis militares deveriam servir como um laboratório da nação, responsável por criar indivíduos saudáveis, fortes e disciplinados, contribuindo para o processo de reforma da sociedade e construção da nação brasileira.

Referências

CAMPOS, André Luiz Vieira de. A República do Picapau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 12.

CAMPOS, Murillo de. Alimentação do soldado brasileiro. Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene, 1926.

CARDOSO, Rachel Motta. A Higiene Militar: um estudo comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.

CARRARA, Sérgio. Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, na passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

HARRISON, Mark. The British Army and the Problem of Venereal Disease in France and Egypt during the First World War. Medical History, 1995, 39, p.133-158.

HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

GOMES, Vimieiro Carolina Ana. Imagens de corpos normais na biotipologia brasileira durante a primeira metade do século XX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 23-49.

MAIO, Marcos Chor (org). Raça como questão: História, ciência e identidades no Brasil, Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil. In: Anais e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n], 1929.

SÁ, Dominichi Miranda de. A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o "imenso hospital". História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.16, supl.1, jul. 2009, p. 333-348.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 193-210, 1985.

SILVA, Arthur Lobo da. Ablação dos fibro-myasmas uterinos: (Laparo-Hysterectomia Supra-Vaginal). Rio de Janeiro: Typographia de Antonio Winter, 1895.

SILVA, Arthur Lobo da. Notas clinicas gynecologicas. Revista de Medicina Militar: Rio de Janeiro, Out.1911.

SILVA, Arthur Lobo da. A antropologia no exército brasileiro. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, vol. XXX, 1927.

SILVA, Arthur Lobo da. Dados antropológicos sobre o homem do Brasil. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, vol. XXX, 1927.

SILVA, Arthur Lobo da. A luta contra as moléstias venéreas no exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti & Cia., 1929.

SILVA, Arthur Lobo da. O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (Historia evolutiva desde os tempos primórdios até os tempos atuais). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. "As leis da eugenia" na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Antropologia brasiliana: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 213-246.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Rio de Janeiro: FGV/FIOCRUZ, 2017.

STEPAN, Nancy Leys. A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. "A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940". In: Hochman, Gilberto. & Armus, Diego (Org.). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-391.

Informações sobre os Revisores:

Língua Portuguesa
Ricardo Pedrosa Alves
E-*mail*: ricardopedralves@gmail.com

Língua Inglesa
Ricardo Pedrosa Alves
E-*mail*: ricardopedralves@gmail.com

Língua Espanhola
Renilson Beraldo
E-*mail*: beraldo_rfs@hotmail.com